



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 23

Sessão Ordinária de Dezembro

1.ª Reunião de 26-12-2006

Aos vinte e seis dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Vogal Sérgio Filipe Pires Loureiro na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Joaquim Manuel da Silva Marques, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Jorge Manuel do Nascimento, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
José António Tavares Vieira e Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins (chegou às 21:30 horas), Margarida Dias Ferreira (saiu às 23:30 horas) e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 22:00 horas).

Renúncia ao Mandato: nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário, do pedido de renúncia ao mandato, apresentado pelo Vogal Gilberto Jorge Tavares de Matos Ferreira, eleito na lista Juntos por Aveiro, pelo partido PPD/PSD, não se verificando qualquer objecção. Sendo substituído pela sucedânea na lista de candidatura, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira.

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa colocou à apreciação do plenário do pedido de suspensão do mandato, por um período de 15 de Dezembro de 2006 a 15 de Junho

de 2007, do Vogal António Santos Costa, sendo substituído pelo sucedâneo na lista de candidatura, António Manuel Carvalho Serra Granjeia.

Nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Paulo Jorge Barreto Marques Maia, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, António Manuel Carvalho Serra Granjeia e João Pedro Simões Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Jorge Manuel do Nascimento e Diogo Manuel Santos Soares Machado, respectivamente.

O sucedâneo na lista de candidatura, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, apresentou escusa.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, a Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
- Ponto 2. – Carta Educativa para o Município de Aveiro;**
- Ponto 3. – Empréstimo Bonificado (Instituto Nacional da Habitação);**
- Ponto 4. – Operação de Crédito de Curto Prazo para o ano 2007;**
- Ponto 5. – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2007;**
- Ponto 6. – Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados para 2007;**
- Ponto 7. – Regulamento de Trabalhos e Obras na Via Pública do Município de Aveiro;**
- Ponto 8. – Conselho Consultivo da TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, EM – nomeação de um representante da Assembleia Municipal;**
- Ponto 9. – Moção: Debate público prévio ao referendo sobre o aborto.**

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: ⁰³

Acta n.º 18 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e oito votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 19 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e oito votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 20 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e sete votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 21 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e oito votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 22 - Colocada à discussão verificaram-se as intervenções dos seguintes vogais:
Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e quatro votos a favor e cinco abstenções.

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁵

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁶

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveram-se para usar da palavra os munícipes:

- *Jorge Manuel Rodrigues Cardoso Leitão*⁰⁵ e *Carlinda dos Santos Monteiro*⁰⁶, moradores no Cabo Luís–Esgueira, que intervieram sobre a alteração de trânsito levada e efeito pela Câmara Municipal naquela zona;

- *José Domingos da Cruz Gamelas da Maia*, membro da comissão representativa de moradores da beira-mar, interveio sobre o novo horário de funcionamento dos bares em Aveiro⁰⁶;

- *António Rogério Rodrigues de Moura*, residente em Cacia, interveio sobre a colectividade Popular de Cacia/Pista de Remo⁰⁷.

Para os esclarecimentos atinentes às intervenções do público, usaram da palavra:

Da Câmara Municipal

Vereador Jorge Greno ⁰⁸

Vereador Miguel Capão Filipe ^{08.1}

Presidente da Câmara ^{08.2}

Presidente da Mesa ⁰⁹

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰¹⁰

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰¹¹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰¹²

Vogal Orlando Terra Seca (PS) ⁰¹³

Vogal João Barbosa (PS) ⁰¹⁴

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) ⁰¹⁵

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰¹⁶

Vogal António Regala (PCP) ⁰¹⁷

Vogal Maria Romana Fragateiro (PS) ⁰¹⁸

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰¹⁹

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Mesa ⁰²⁰

Usaram da palavra os seguintes Vogais:

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²¹

“Não vou fazer nenhuma crítica, vou só chamar à atenção para que noutros anos isto possa não vir a acontecer. E quando ainda há pouco tempo discutimos aqui o problema dos bares, numa situação de apoio ao turismo, de chamar as pessoas a Aveiro, eu queria chamar à atenção daquilo que se passou com as iluminações de Natal.

Para nós que estamos em Aveiro, uma cidade bonita, que é atractiva, e tivemos umas iluminações de Natal tristes. E se a iluminação é triste os turistas não vêm; o comércio não é abrangente e alguma coisa fica para trás. E quando se fala na Associação Comercial, que até tem o apoio, que pode não ser bom, mas que no fundo não é mau, que pelo menos está aqui no orçamento cinquenta mil euros e que ainda tem o apoio dos comerciantes. Acho que se deviam criar formas de entre todos fazer-se uma melhor ornamentação. Porque eu quero dizer - ao chamar à atenção, que as iluminações bem feitas e bonitas - caso daquela rua Agostinho Pinheiro, zona do Campeão das Províncias e até o largo onde está a Junta de Freguesia da Vera Cruz, e tudo isso, está uma iluminação bonita, atractiva e foi feita pelos comerciantes, com algum apoio se calhar da Associação Comercial - aqui inverteu-se a situação que foram os comerciantes que tiveram a iniciativa.

Uma outra situação: é verdade que o dinheiro não chega para tudo, mas eu creio que estas coisas também deviam dar-se uma consideração, nem que seja pequenina, à Junta de Freguesia. Porque aquilo que me é dado a conhecer nenhuma foi contemplada ou vai ser contemplada - pelo menos na Vera Cruz não é — e todos os anos houve um pequeno incentivo para as freguesias.

Eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Vereadores, que no próximo ano para estas coisinhas, chamem os presidentes da junta e que se lhes diga assim: levas isto... ou não levas isto porque não tens.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²²

“Apenas três apontamentos. O primeiro e pegando aqui um pouco nas palavras do meu presidente de junta, para referir também as iluminações de natal, não tanto pela concepção do gosto específico, que se calhar pode não ser eventualmente este o local próprio, mas para perguntar o que é que foi feito da árvore de natal (?) que tinha ou vinha sendo um “símbolo”, da cidade, como centro da cidade que é aqui a ponte praça ou as pontes e, portanto, gostaria de saber o que é que foi feito ou porque é que não foi feito, porque é que não foi montado. Ter-se-á estragado a estrutura? Não terá acontecido nada... enfim, gostaria de saber, porquê não se ter montado a árvore de natal, no sítio, no centro da cidade.

Também uma pequena nota em jeito das festividades, para perguntar o que sucedeu ou o que está a suceder com o concerto de ano novo no teatro aveirense?

Ao que sei e segundo o que me foram dizendo alguns munícipes e conhecidos meus, que de alguma maneira eram frequentadores do concerto de ano novo, que a câmara este ano terá optado por reservar um número de bilhetes mais elevado do que aquilo que era normal, ao que pude apurar - depois corrigir-me-á, não estou a acusar, só estou a perguntar se esta informação é ou não verdadeira. Quero um esclarecimento sobre isto. Terá requisitado a maior parte dos bilhetes e, portanto, um concerto que na sua génese é gratuito e uma oferta à população só ter disponíveis cerca de noventa bilhetes para a população levantar os seus bilhetes!? Gostaria de saber se foi assim, se não foi, e depois o Sr. Presidente me poderá esclarecer.

Por fim, uma última nota para denunciar - e se calhar a Câmara já está ao corrente da situação, o que se passa no edifício da EPA? Que ao que sei já tem uns tantos residentes

habituais e, portanto, o prédio está abandonado e ao que sei tem tido moradores que já lá moram e já fazem lá as suas refeições; tem sido um abrigo à toxicod dependência e enfim, parece-me a mim um mau exemplo. Não sei bem o que é que a autarquia poderia fazer daquilo, - se calhar implodi-lo (digo eu), mas o que é certo é que é um edifício central da cidade.

Não digo que o edifício seja da autarquia, digo que é um problema desta autarquia e é uma situação que terá que ser conversada seguramente com a Polícia e ser encontrada - eu sei que já lá vão vinte e tal anos e que este edifício não é um problema de agora, nem de hoje, de qualquer forma eu alertava a Câmara para esta situação, nem que se tenha que encerrar o edifício ou se procurem fazer as tradicionais paredes de muro para que ao menos não entre ninguém e não sucedam lá algumas práticas que não são das mais lícitas.”

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [23](#)

“Aveiro Basket SAD: Dizem os dicionários que desporto é: prática de exercícios próprios para desenvolver o vigor e a agilidade; Processo de aperfeiçoamento físico e de educação do espírito; Divertimento; Recreação.

Neste contexto o BE, defende que a política da autarquia para o desporto seja direccionada para a criação de adequadas condições de modo a que os seus munícipes tenham a possibilidade de praticar desporto, elevando assim a sua qualidade de vida.

O BE opõe-se à política que Aveiro tem seguido para o desporto. Discordamos que a lógica de investimento nesta área seja a construção de dispendiosas infra-estruturas, proibitivas ao público, e de apoios e subsídios ao desporto profissional.

A CMA é responsável pela manutenção e concepção do parque desportivo do concelho, mas tem-se furtado a esta tarefa. Nestes espaços desportivos ao ar livre, de um modo geral, acentua-se a degradação, a carência de material e manutenção. Não são oferecidas condições básicas para a prática de desporto à população, o que contrasta com o investimento gigantesco que o desporto em Aveiro teve.

Já passaram mais de dois anos sobre a construção do novo Estádio Municipal e, observamos que este não trouxe qualquer mais-valia para o Município ou para a região. Bem pelo contrário, continua a ser uma dor de cabeça, quer para a CMA quer para o clube que o utiliza. Recentemente, na Assembleia-geral do Beira-Mar, foi mesmo levantada a hipótese, por parte de alguns sócios de o clube, regressar ao velho Estádio Mário Duarte, demonstrando bem a inutilidade, desadequação e a falta de sustentabilidade de uma obra financiada com dinheiros públicos e que aos contribuintes não serve.

Outro exemplo do grande investimento financeiro no desporto profissional é a SAD Aveiro Basket. Esta sociedade anónima desportiva foi extinta no passado dia 5 de Dezembro tendo a Câmara Municipal de Aveiro, anunciado que assumiria a dívida da SAD na totalidade, cerca de 850 mil euros, ao invés de apenas assumir a parte que lhe competia, ou seja, 40%!

Na sequência disso, o BE, em nome da transparência e do rigor da gestão dos dinheiros públicos anunciou no passado dia 7 que, iria pedir um parecer ao Tribunal de Contas sobre a legalidade de todo este processo.

Face ao comunicado do BE, apenas se escutou o silêncio. Até que, na reunião de Câmara do dia 11, o Vereador do Desporto Jorge Greno, confrontado com questões relativas a este ponto por Vereadores da oposição, afirma que tudo foi uma invenção do BE. O Vereador Jorge Greno afirmou o seguinte: “isso nunca foi dito, nunca foi escrito, a não ser pelo Bloco de Esquerda, que não está representado nem na CMA nem na Aveiro Basket, e não haverá qualquer crédito quanto a essa informação.” Segundo a sua versão, daquele dia, a CMA apenas iria pagar a parte da dívida que lhe competia.

Curiosamente, no seu desmentido, o Vereador Jorge Greno dá as razões para a posição da autarquia assumir a dívida na totalidade dizendo que, a CMA era “principal administradora e, em muitas situações única administradora”.

Recorde-se ainda que o deputado municipal e seu colega de Partido Miguel Fernandes, defenderam veementemente, a decisão da CMA em assumir a referida dívida num debate na Aveiro FM.

A consulta da comunicação social anterior ao comunicado do BE não deixa margens para dúvidas, e cito um dos vários órgãos informativos: “A autarquia, detentora de 40 por cento das acções, vai assumir o passivo que rondam 850 mil euros.” Apesar de tudo aquilo que veio na comunicação social, apesar da tomada de posição do Bloco de Esquerda, só 5 dias depois o Sr. Vereador reagiu sob o questionamento directo dos Vereadores do PS em reunião de Câmara. Durante todo o tempo anterior à reunião de Câmara recusou-se a falar à comunicação social. O Vereador Jorge Greno e o Executivo, que insistentemente afirmam não ter dinheiro para satisfazer as necessidades mais prementes da autarquia, preparavam-se para pagar dívidas de outros. O processo era de facto, legalmente, bastante duvidoso e a CMA recuou nas suas intenções perante o iminente recurso ao Tribunal de Contas por parte do BE.

Embora o BE discorde das políticas gerais seguidas pelo executivo camarário, tem assumido uma postura no sentido de, na sua óptica, as melhorar. O BE fez sugestões e foi o único Partido a apresentar propostas de alteração às Grandes Opções do Plano. O BE acedeu ao pedido da Presidente da AM em adiar a inclusão da Proposta de Recomendação sobre o Orçamento Participativo para a Assembleia seguinte. O BE, contudo, não pode continuar a assumir uma postura colaborante, com quem está de má-fé política.

O BE não é um partido de invenções. O Vereador Jorge Greno, ao se desmentir a si próprio e ao acusar levemente o BE de mentir, revelou não assumir uma atitude de honestidade e seriedade política que mais que desejável, consideramos indispensável.

Deste modo, o Bloco de Esquerda, apenas pode tomar a seguinte posição: pedir a demissão do Vereador Jorge Greno, por não reunir as condições necessárias de confiança política.

Rousseau, nunca se quis assumir como filósofo ainda que estivesse, de facto, na posse de um sistema notavelmente criador, sistema esse que adopta uma particular perspectiva metodológica, fazendo-nos recuar até a um local de análise, meramente hipotético e mesmo impossível. De qualquer modo, local de referência paradigmático a partir do qual se torna possível pensar e que decorre de uma intuição fundadora que consiste no desenvolvimento do princípio de que: “a natureza fez o Homem feliz e bom, mas a sociedade deprava-o e torna-o miserável”.

Apelidam-nos de esquerdistas e inventores de mentiras.

É bom que o visado respeite o eco da sua voz, que foi audível a toda a gente, para que não se agrida intelectualmente e, que o retorno da sua mente não seja um eco de contradições e desonestidade política. Se assim for, que tenha ao menos, uma vez, a verdade pelo seu lado — demita-se.”

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [024](#)

“Temos lido ultimamente, desde fins de Outubro, entrevistas e artigos vários do ex-Presidente da Câmara, Dr. Alberto Souto, sobre a acção deste Executivo. Não sabemos a razão de tanta e tão inusitada correria aos órgãos de informação, de tantas e tão bastas tomadas de posição sobre a vida municipal e, sem pôr em causa o direito de expressão e de opinião, a estranha forma como aborda os problemas e se refere às pessoas que crítica.

É que, se por um lado percebemos a sua reacção, os seus reparos e a sua defesa, no tocante à auditoria da IGF, entende o PPD/PSD que as suas recorrentes e insistentes manifestações de censura e de ataque a este Executivo e ao seu Presidente, começam a ser merecedoras do

repúdio do Partido e da sua bancada nesta Assembleia. Achamos que o concelho e Aveiro merecem outra postura da parte do Dr. Alberto Souto, quando fala do seu substituto. Foram as mesmas eleições que deram a vitória ao Dr. Élio Maia que deram a derrota ao Dr. Alberto Souto. Foram as mesmas eleições que ditaram um como Presidente da Câmara e o outro como ex-Presidente. Mas foram essas mesmas eleições que ditaram a cada um responsabilidades de que não se podem abstrair. A primeira de todas, e desde logo, a de serem solidários nas coisas que a Aveiro respeitam; e a segunda com igual exigência, a de se respeitarem se não pessoalmente pelo menos institucionalmente.

Defendemos que a um ex-Presidente não compete ser o adversário principal da acção do seu substituto. Pode soar, e o mais das vezes é revanchismo e mau perder. Um ex-Presidente deve assumir um estatuto de referência e jamais o de interferência — a não ser que a obra feita e a confiança nos seus camaradas seja de tal precariedade que o obrigue a sair à liça e versar armas com a oposição no poder.

Quando nós sabemos que o Partido Socialista em Aveiro, actualmente, está entregue a aveirenses tão ou mais competentes que no tempo do Sr. Dr. Alberto Souto, que esses dirigentes têm trazido à vida política e social de Aveiro a voz e as posições mais consentâneas com a vida autárquica, questionamo-nos sobre os motivos que tanto fazem correr e discorrer Alberto Souto.

Será que tenha pouca confiança naquilo que fez? Será que fala tanto de si e do que fez já não para ser reconhecido, mas para não ser esquecido? Deixamos sempre atrás de nós um rasto e não devemos ser nós a julgar a nossa passagem. Quando o fazemos, temos sempre a tentação de aligeirar os males e aumentar o bem. Quando o fazemos, por força do nosso narcisismo e desejo de protagonismo relegamos o mais das vezes para planos inferiores, valores imprescindíveis na vida em sociedade. Quem ocupou e ocupa lugares como o Dr. Alberto Souto, um pouco de contenção e de parcimónia seriam olhadas por nós como sinal de solidariedade institucional, entre quem olha por força do passado e do presente, tem a mesma visão da vida autárquica e das vicissitudes que a mesma acarreta.

Há modos e maneiras de se dizerem as coisas, há regras e princípios nas relações entre as pessoas, há nobreza e elevação que não pactua com formas panfletárias bolorentas e anquilosadas pelo tempo. Comparamos a postura dos dois antecessores de Alberto Souto, Dr. Girão Pereira e Prof. Celso Santos e vemos que jamais tiveram uma palavra de menos consideração ou de menos apreço pelo seu sucessor durante os oito anos do seu mandato.

Temos por todos os autarcas um grande apreço. Esse apreço vai para além do exercício das funções. Quem foi e é autarca, merece o respeito e a compreensão de todos. Não se pode jogar com os sentimentos e o carácter de quem foi ou é autarca por força de meros jogos de política e ou de interesses.

Porque não encontramos razão e justificação para os permanentes ataques de Alberto Souto ao actual Presidente da Câmara, porque se nos torna de todo em todo incompreensível os termos em que o faz, porque entendemos que não assiste qualquer razão objectiva que possa sustentar tomadas de atitude como as que tem assumido, porque, enfim, o Dr. Élio Maia é um homem sereno, ponderado, empenhado e amargurado com a situação catastrófica com que recebeu de Alberto Souto a Câmara Municipal, porque finalmente estivemos e estamos com o Dr. Élio Maia e o seu Executivo, trouxemos a esta Assembleia a nossa voz e a declaração reiterada do nosso apoio e solidariedade.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [023](#)

“Gostava de referir três aspectos que eu reputo nesta altura de importantes: dois muito importantes, e um como esclarecimento.

E começava exactamente por uma situação que nos preocupa a todos, - eu sei que preocupa a todos porque já ouvi intervenções inclusivamente do Senhor Presidente da Câmara, insurgindo-se contra isso, que é a aplicação de portagens nas Scut's, fundamentalmente nas que nos atravessam aqui e que inclusivamente, ainda nem acabadas estão.

E para que não percamos muito tempo, e que teria muito gosto em que esta Assembleia, partilha-se comigo esta questão penalizadora das famílias, mas também penalizadoras das empresas que usam as estradas sem alternativa, tanto que no caso da actual 109, ser praticamente uma comprida avenida que atravessa zonas urbanas, até inclusivamente já nem nacional é em determinados sítios que já foi entregue aos próprios municípios.

Portanto, eu gostaria de partilhar convosco uma moção, que gostaria que fosse discutida, não a vou ler para não estar a perder tempo, será lida depois pela mesa, e que tomarão a posição que acharem por conveniente, estando eu convencido que de facto é uma questão que nos preocupa a nós todos esta questão das portagens nas Scut's.

A questão, e esta muitíssimo preocupante, é o que está a acontecer neste momento com o Hospital Infante D. Pedro. Acontece que temos recebido ultimamente notícias de demissões: começou com a demissão do Director das Urgências, seguido pela demissão da Directora Clínica Dr.^a Fátima Oliveira, e agora, mais grave que isso, pelo pedido de demissão de diversos directores clínicos de especialidades.

O Hospital é, - e até porque já aqui foi discutido várias vezes, é um instrumento altamente valioso para Aveiro e para toda esta região. Como tal deve ser uma preocupação permanente desta Assembleia, deve ser uma preocupação permanente do Executivo, deve ser uma preocupação permanente da população de Aveiro, e deve ser promovido o seu óptimo funcionamento.

Neste momento o que está a acontecer, levanta-nos algumas preocupações, e eu acho que estas preocupações, devem ser preocupações também da Assembleia Municipal de Aveiro, porque enfermam por si só, perigos que nós não sabemos, - por desconhecimento, até onde poderão ir.

Sobre isto e porque nós desconhecemos seriamente o que aconteceu: se foram demissões, se foram convites de demissões, se foram zangas, se o hospital está com boas condições de funcionamento, eu própria que ao abrigo do artigo 46.º do regimento desta Assembleia, fosse criada uma comissão, uma delegação, que ouvisse as partes, que ouvisse a Administração do Hospital Infante D. Pedro e que ouvisse os directores demissionários, no sentido de se aperceber da situação que está a acontecer, para de algum modo até, poder ajudar dentro do possível, ou se quiserem alguma ajuda, o que for necessário para o hospital Infante D. Pedro, porque não é bom, não é tranquilizante para a população, saber-se desta situação, de demissões constantes e permanentes e em grande quantidade que estão a acontecer no hospital Infante D. Pedro.

Uma outra questão, e a última questão que vou lançar, é um esclarecimento. Mas é um esclarecimento que eu pretendia fazer a alguém que está na Assembleia da República – a Dr.^a Regina Bastos, que é o único membros que está nesta Assembleia, que está na Assembleia da República, como ilustre deputada da nação. As perguntas que quero colocar, são perguntas preocupantes e têm a ver fundamentalmente com a aprovação de verbas para PIDDAC.

Nós sabemos que houve uma redução de verbas em PIDDAC, quase de um modo geral, alguns concelhos foram beneficiados, mas a esmagadora maioria teve reduções importantes, e o meu partido, o PCP, apresentou uma proposta na Assembleia da República de determinadas verbas e eu só vou focar aqui as que dizem respeito directo ao concelho de Aveiro, tinham a ver por exemplo com a ligação rodoviária Aveiro/Águeda, com uma verba de quinhentos mil euros; a ligação Aveiro/AI, Aveiro Sul; acção de desassoreamento da Ria de Aveiro; a requalificação dos Cais da Ria de Aveiro, na Ribeira, na Tejosa, e nos Cais da pedra; e a construção do Tribunal Judicial Aveiro 2. Todas estas propostas foram votadas contra por todos os deputados do distrito de Aveiro. Repito — por todos os deputados eleitos no Distrito de Aveiro!?

A pergunta que eu faço é: - qual a causa política e técnica desta voto contra? Ou se o voto contra, foi pela apresentação desta proposta ter sido feita pelo PCP?"

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [vot](#)

"2006 está a chegar ao fim.

É tempo da formulação de votos venturosos para o novo ano que se avizinha, mas é também tempo de, ao jeito de balanço, se tecerem algumas considerações ao trabalho autárquico desenvolvido, que respeitando o espírito natalício da época, convém serem o mais brandas e caridosas possível.

Mas por mais brandos e caridosos que queiramos ser, não podemos deixar de concluir que o ano de 2006 não foi, em termos de gestão municipal, apenas um ano perdido. Foi um ano de retrocesso. Um ano em que Aveiro se foi progressivamente desqualificando. Um ano em que Aveiro se foi afastando do grupo das autarquias nacionais de referência; de que até há bem pouco tempo fazia parte.

Se me fosse permitido fazer uma alegoria futebolística diria que Aveiro que ocupava um dos lugares cimeiros do campeonato autárquico nacional, divide agora pontos com Ovar ou Ílhavo e, pelo andar da carruagem ainda vai ter de disputar a liguilha com autarquias como Vagos, Murtosa ou Oliveira do Bairro para não descer de divisão e ter de ir jogar com a Oliveirinha ou a Gafanha.

E é bom que se saiba que por detrás deste insucesso está a actual equipa autárquica liderada pelo Dr. Élio Maia, a quem os munícipes de Aveiro nas últimas eleições concederam o privilégio de conduzir os destinos autárquicos aveirenses por quatro anos.

É tempo de Natal, tempo de boa vontade, mas também tempo de verdade. E é a verdade que nos obriga a dizer que o nosso Município é hoje um navio à deriva em risco de soçobrar. E ao seu leme, o Dr. Élio Maia não consegue traçar um rumo que permita a Aveiro sair da situação em que se encontra porque, infelizmente, não sabe para onde quer ir. E nenhum vento é bom para quem não sabe para onde vai.

Que foi feito das promessas feitas em campanha eleitoral agora que o choradinho do passivo herdado se está a esgotar? Onde está a estratégia de que o nosso município necessita agora que essa tão abusada manobra de diversão se está a extinguir? Como é possível que passado mais de um ano da tomada de posse deste executivo ainda não se saiba qual o montante da dívida do município? Para quando a prometida alteração na estratégia das empresas municipais? Onde estão os novos projectos? Quando é que se concluem projectos que vem do executivo anterior como o ferry-boat, que as gentes de S. Jacinto anseiam ou o Mercado Manuel Firmino pondo fim à cruz dos seus abnegados comerciantes? Como é possível que o Sr. Vereador das Finanças afirme que se permite "cortar" a todos os seus colegas vereadores e inclusivamente ao Presidente, quando estes, como ele diz, lhe massacram o juízo a solicitar verbas, sem que o Presidente publicamente repudie essa subalternidade?

De facto o que se verifica é uma completa e total falta de liderança por parte do Sr. Presidente da Câmara. O que se constata é uma confrangedora inépcia para o exercício do cargo de quem teria o dever de conduzir esta nau que é a Câmara de Aveiro a bom porto. O que se comprova é a cabal aplicação prática do princípio de Peter, que nos explica que nem sempre um bom Presidente da Junta de Freguesia pode ser convertido num razoável Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara não foi eleito, como pensa, apenas para coordenar uma equipa de vereadores. O Presidente da Câmara foi eleito para ser o líder dessa equipa. E não pode, como o tem feito, estar ausente dos debates em que se definem aspectos fundamentais para o nosso futuro colectivo como o Orçamento e o Plano, ou nas reuniões em que se discutem estes assuntos, entrar mudo e sair calado. O Sr. Presidente não pode ainda ter a postura e agir como a Rainha de Inglaterra e limitar-se a moderar conflitos entre a sua Câmara dos Lordes

instalada nos Paços do Concelho e a sua Câmara dos Comuns sedeada na fábrica Jerónimo Pereira Campos. Tem de criar estratégias, tem de traçar objectivos, tem de definir metas, tem de distribuir tarefas, tem de implementar soluções para os males de que Aveiro padece e envolver todos os recursos disponíveis e toda a nossa vontade colectiva nesse processo gratificante que é o de desenvolver Aveiro, que é o de transformar Aveiro num concelho em que valha a pena viver.

O Presidente da Câmara de Aveiro não pode, só porque um dia lhe confidenciaram que a populista política de porta aberta é eficaz em termos eleitorais, passar os dias a receber munícipes sem sequer previamente ter feito a triagem da importância do problema que vai ser apresentado. O Presidente da Câmara não pode, mesmo que queira, gastar quatro dias por semana (agora parece que são menos) a resolver problemas de galinhas que saltam a cerca, comem e deixam presentes pouco perfumados no terreno do vizinho do seu dono. Não pode, porque não foi para isso que foi eleito, não é para isso que é pago e isso apouca-o e pior, apouca Aveiro e isso nem o Presidente da Câmara tem o direito de fazer.

O Dr. Élio Maia foi eleito para ser o Presidente da Câmara da Aveiro. Não para exercer o papel de psicólogo, médico ou padre. Nem muito menos para ultrapassar os serviços relativamente aos processos de legalização de obras, de habitação ou de autorização para construção. Muito menos para arranjar emprego para as pessoas (embora eu aí reconheça que tem tido algum êxito relativamente a alguns familiares de conhecidos políticos locais). E o papel de Presidente da Câmara de Aveiro, que não é uma Junta de Freguesia em ponto grande, é complexo, desafiante, certamente desgastante e exigente mas, decididamente, não implica apenas a ponderação e a análise dos problemas. Implica também e fundamentalmente a tomada de decisões que, como todos sabemos, são muitas vezes conflituantes e difíceis de tomar. Mas que, a bem de todos nós Aveirenses, a bem de Aveiro e do nosso futuro comum, têm de ser tomadas.

É por isso, Dr. Élio Maia, que lhe desejo, bem como ao seu Executivo, muita saúde e discernimento para 2007. E espero que consiga rever a sua posição e começar a governar Aveiro. Que bem precisa!”

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁰

“Gostaria de dizer que as cerimónias comemorativas dos 30 anos do Poder Autárquico, correram bem! Quando se falou aí em tempos no descerramento dos retratos dos presidentes, em mais que uma bancada foi dito que também deveria haver uma referência, não é só o presidente, deveria haver uma referência aos membros, aqueles que desempenharam funções autárquicas desde o 25 de Abril - ao menos na Assembleia Municipal. Eu concordei - mas fui dizendo que era complicado, porque era tanta gente, mas esse problema, não sei se graças à Câmara, se graças à Presidente da Assembleia, foi resolvido razoavelmente. Aquela placa que está ali ao fundo com os nomes dá alguma satisfação e acaba com essa coisa antipática, de só ficar na história o “Napoleão” e não os seus soldados. Foi bem resolvido, embora eu discorde da ordem dos retratos dos presidentes, mas isso é outra conversa.

Agora o que tem que ser emendando é a etiqueta que diz que, o Comandante António Soares Machado, não tem lá “Machado” e tem que se ter lá. Ele é “Machado” e é um nome que a família se vangloria e justamente é um nome com algum papel na história de Aveiro.

Foi bem resolvido. E a sessão, a cerimónia na Câmara, um bocado longa, não digo que não, mas foi bem esquematizada e foi bem sucedida. É como o “rancho” na tropa: foi bom, abundante, bem confeccionado, e agradou em geral aqueles de que dele se serviram. As pessoas gostaram e foi bem conseguido.

Agora, há duas notas que eu quererei sublinhar; duas omissões. Não houve nem do Dr. Girão, nem do Comandante António Machado uma única palavra para o “pai”. Querem esquecer o

pai; querem matar o pai; querem apagar o pai. Esqueceram-se!? São ambos filhos do Dr. Mário Gaioso Henriques — é assim; esqueceram-se! Suspeito até que o primeiro regimento desta Assembleia foi redigido pelo Mário Gaioso; penso isso.

Mário Gaioso é um homem notável da vida aveirense. Foi apanhado pela revolução; ele que era republicano e que não era um colaboracionista, foi apanhado por ter cedido a aceitar a presidência da câmara, mas foi já no regime de Marcelo Caetano.

E o Dr. Álvaro Sampaio, que tem estátua de meio corpo do tempo de Salazar; E o Dr. Alberto Souto (avô) no tempo de Salazar, esse tem uma estátua de corpo inteiro.

Bem, Aveiro está a ser injusta e deselegante em relação ao Dr. Mário Gaioso. E com esses dois foram particularmente injustos!

A outra injustiça é mais recente e mais grave. Ninguém falou do Dr. Alberto Souto! Como é que é? Estamos no Estalinismo? Querem tirar o homem da fotografia? Bem, terá feito só asneiras? Como diz o Inspector Rocha de Almeida, meu querido amigo, que eu não sabia que era autarca há tanto tempo e foi um dos méritos da reunião na Câmara e é mais um título de honra - esqueceram-se que o Dr. Alberto Souto — esteve oito anos à frente da Câmara, e que este elenco executivo (não quero ser tão drástico como o Raul Martins), mas é herdeiro do mal que ele fez, nomeadamente do passivo (que será excessivo, não digo que não), mas é herdeiro do bom que ele deixou por acabar. E este Executivo vive às expensas políticas do Dr. Alberto Souto. Foi pena e tinha sido bonito, terem tido uma palavra, se não fosse de elogio ou de crítica porque não, mas uma palavra histórica - não é possível apagar oito anos da história do município. Nem vamos deixar — eu pelo menos tenciono não deixar.

E pronto, era esta nota dos trinta anos; começaram por ser vinte (era isso que eu tinha proposto), mas a Dr.a Regina Bastos deu-lhe mais dez ... “vamos lá meter o rapaz” (que sou eu) na galeria, e lá estou — por acaso, até estou bem apessoado; até sou fotogénico (tenho culpa disso?); trinta anos é muito tempo. Já passou muito tempo e vejo com gosto que há sobreviventes, já falei nuns e há outros. E era isto que eu queria dizer.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)¹⁰⁸

Vogal Orlando Terra Seca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁰⁹

“Senhora Presidente, quero dizer que não gostei da intervenção de desconsideração que o Sr. deputado Rocha de Almeida fez sobre o ex-presidente da câmara, Dr. Alberto Souto.

Em democracia, podemos e devemos tecer os considerandos políticos que quisermos, sobre o pensamento político dos outros, mas nunca ataques pessoais e foi isso o que aqui aconteceu.

O Dr. Élio Maia, enquanto cidadão tem a estima e o respeito de toda a gente, de todos nós; agora, politicamente, pensa o que quiser dele. Assim, como sobre o Dr. Alberto Souto, cada pessoa pode pensar o que ele é politicamente. Tudo o que seja de âmbito pessoal diz respeito a cada um. Imagine senhor deputado, que eu no mandato anterior chamei inocentemente, “cabecinha de silicone” ao seu correligionário da Madeira quando estava com um pensamento muito pior sobre ele: - penso que ele tem pensamentos abjectos e só lhe chamei “cabecinha de silicone”. Sabe o que é que aconteceu senhor deputado? A bancada do PSD e abancada do CDS, saíram porta fora em sinal de protesto.

Acontece que a bancada Socialista, muito mais tolerante e compreensiva, com os dotes, com as dificuldades dos outros, para tentar safar a Câmara, compreendemos efectivamente o vosso desespero. O Dr. Élio Maia não deve de maneira nenhuma agradar-se dessas situações, em que os senhores nos tentam levar para o rumo que nós não queremos ir. Estamos aqui para discutir o que a Câmara faz ou que não faz. Devemos tecer elogios quando houver lugar a isso - ainda não houve motivos para isso. Já lá vai um ano e tal; espero bem, que daqui até ao fim do mandato, e se resolver aquele problema do Cabo Luís, já é motivo de ficarmos com muito

regozijo por isso (já lá vai meio ano e ainda não resolveu o problema). O Sr. deputado teve a infelicidade de fazer comparações de executivos — e cada um é o que é! Toda a gente sabe que o Dr. Alberto Souto perdeu. Se foi justamente ou injustamente não sei. Que este executivo tem um “menino nas mãos” (como dizia aquele civil que cá veio) e que não sabe o que é que há-de fazer com ele, também é uma verdade.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [ua](#)

“Gostaria só de fazer uma referência aos trinta anos do poder local, que se realizou aqui no município de Aveiro, que se realizou em todo o país. Queria realçar este paradoxo que é o constante ataque do nosso governo socialista, ao próprio poder local, - o ataque que continuamos a assistir, à nossa grande Área Metropolitana de Aveiro, em que continua a não lhe dar competências, continua a forçar através de atribuições agora, de privilégios a municípios que se organizem nas NUT’s III quando as NUT’s III não têm nada de democrático. Continua o Governo Socialista a querer que os municípios que se agrupem de acordo com essas NUT’s III possam ter acessos a benefícios financeiros que de outro modo não teriam. Isto é que eu acho que é um verdadeiro ataque àquilo que foi o poder democrático de às diferentes Assembleias Municipais e das câmaras municipais, terem decidido livremente organizarem-se como o que aconteceu com a Grande Área Metropolitana de Aveiro. Pena que não possamos ver, por causa de não haver apoio por parte do governo, vemos municípios como Vale de Cambra e como Oliveira de Azeméis dizerem que infelizmente “gostaríamos muito de estar ligados a Aveiro e aos municípios que integram esta grande área metropolitana de Aveiro, só que o governo não nos financia os projectos que nós queremos, e se nós nos associarmos àqueles que são os nossos parceiros nestas NUT’s III, sabe-se lá o que é que isso seja, com que democraticidade que elas foram criadas. Infelizmente é assim que o nosso governo comemora os trinta anos de poder local.

Isto é só um desabafo que queria, neste período de antes da ordem do dia fazer e guardava o resto do meu tempo para o Sr. Armando Vieira.”

Vogal Ana Maria Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [ua](#)

“Eu queria apenas fazer aqui umas breves perguntas, para as quais gostaria de obter respostas muito concretas.

Gostava de saber por exemplo, porque é que o estacionamento do Mercado Manuel Firmino, que ao que tudo indica está já construído e está em condições de poder ser utilizado, porque é que não abriu? Isto porque teria sido, penso eu, uma mais-valia ou algum dinheirito para os cofres da Câmara, uma vez que nós todos sabemos que está tão mal de finanças, porque na altura do natal as pessoas vem com mais facilidade a Aveiro e, portanto, o estacionamento continua a ser um grande problema para todas as pessoas.

Depois, gostaria de lhe perguntar, embora isto seja uma coincidência: por exemplo, a capela de S. Tomás de Aquino, que já tem sido falada várias vezes, muitas vezes pelos melhores motivos, está completamente abandonada. Gostaria de saber se por acaso, a Câmara pensa fazer alguma coisa ou se aquilo vai definitivamente ser destruído, uma vez que tem sido usado como local - não só para o tráfico, mas também para utilização da droga.

Outra pergunta que eu gostaria de colocar é sobre a igreja das Carmelitas. Porque estando ali bem perto do meu local de trabalho sei que a Câmara disponibilizou dois funcionários para abrirem a igreja neste tempo, e que também já contactaram a Câmara para comunicar que existem problemas com o telhado que está a permitir que a água entre e que comece a destruir alguma da talha lindíssima que existe naquela igreja.

Também já se fizeram diligências junto do IPAR e já foi inclusivamente detectado por que sítio é que entra a água.

Estas eram as perguntas, mas não posso deixar de passar a oportunidade para perguntar se alguém, eu não estava cá, mas há aqui muitos deputados que estavam cá há muito tempo, se também se insurgiram tanto contra os ataques dos anteriores governos, quando começaram a tentar esvaziar Aveiro da sua importância, nomeadamente do problema do Tribunal Tributário. Também é bom lembrar que nessa altura estes ataques foram muito grandes e muito graves, e que agora houve alguém que teve que fazer repor a verdade da situação, e pelos vistos, apesar do Sr. Ministro vir dizer que vamos ter aqui uma secção do Tribunal Tributário, parece que toda a gente continua a não entender ou a não querer entender. Isso já foi dito, o Sr. Presidente da Câmara tem acompanhado as obras e tem acompanhado as negociações e, portanto, estão a cumprir aquilo que disseram. Nessa altura é que era bom que se tivesse alguém manifestado; e quem diz este ataque diz outros que se fizeram na altura e que pelos vistos nem toda a gente quis ouvir.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [62](#)

“Falando de injustiça, quero comungar aqui o que disse o Dr. Candal sobre o Dr. Mário Gaioso. Conheci bem o Dr. Mário Gaioso como autarca. Quero dizer-vos que a minha mulher era funcionária da Câmara nesse tempo — e o Dr. Mário Gaioso era considerado um excelente dirigente, um homem de um sentido ético e de tratamento afável com todos os funcionários, e os funcionários de então dedicavam-lhe uma profunda amizade e dedicação; e um enorme respeito que era retribuído pela sua atitude de grande homem, de grande aveirense, de homem da cultura e da vida profissional jurídica que desempenhava, e no qual assentou posso garanti-lo, e se foi omitido provavelmente foi por esquecimento, porque representa efectivamente uma injustiça - e foi ele a base da primeira vitória do Dr. Girão, todos nós sabemos isso. O Dr. Girão ganhou graças ao prestígio e ao peso na comunidade Aveirense que então tinha o Dr. Mário Gaioso. Daqui uma saudação ao Dr. Mário Gaioso que foi uma pessoa que eu sempre admirei muito, pela sua coerência e pela sua forma de estar, independentemente das suas questões de cariz político partidário.

Falamos de injustiças. Falamos também de uma recente injustiça que este governo - o governo da nossa república fez à Universidade de Aveiro, ao ter excluído Aveiro do protocolo com o MIT! Uma profunda injustiça. Sabendo nós que a Universidade de Aveiro na área da investigação tem vinte e três áreas onde pontifica a nível nacional. E eu gostava imenso de saber porque razões o Sr. Ministro Mariano Gago excluiu Aveiro? Se porventura não estará na base dessa decisão, uma coisa tão mesquinha, que por mais brilhante e intelectual que seja, como é o caso, - o Dr. Mariano Gago é um homem intelectualmente superior, mas também é um ser humano com os seus defeitos. Será que não haverá naquela decisão, uma coisa tão mesquinha, como a vingancazinha ao aveirense José Tavares? Não haverá aí uma vingancazinha, contra o aveirense José Tavares? (se calhar também estará aqui uma explicação) - sou eu a especular. Os senhores têm presente que o Prof. José Tavares, que é um jovem brilhante, brilhante aveirense, com créditos firmados, atreveu-se a afrontar o Ministro Mariano Gago, chamando-lhe praticamente mentiroso à frente de uma plateia de personalidades internacionais, como vossas excelências devem saber. Depois tentou-se desculpar que Aveiro assinaria um protocolo, - como veio a assinar, com a CMU, mas não é a mesma coisa, porque as outras universidades tiveram o protocolo com o MIT e também tiveram com o CMU. E eu gostaria e era bom que a Câmara Municipal de Aveiro tentasse saber, acho que temos legitimidade para isso, eu infelizmente não sou universitário, não tenho formação universitária, mas tenho o direito de saber, desejo saber e tenho muito orgulho na Universidade de Aveiro, que é prestigiadíssima no nosso país e parece-me que está a perder um pouco da sua

influencia. Tenho essa sensação frutos destas minhas andanças lá pelos gabinetes. Tenho a sensação! Temos que averiguar rapidamente e a comunidade académica de Aveiro: o que é que se está a passar? E porque é que uma Universidade (até do ponto de vista político-partidário), onde pontificam pessoas que são próximas do governo, está a ser desconsiderada? Devemos ter isso em conta.

Esta questão é muito importante. Mas mais grave que isto é que foi alocado no Orçamento de Estado para dois mil e sete, duzentos e cinquenta milhões de euros para Investigação e Ciência. Mas reparem, se virem bem, desses duzentos e cinquenta milhões, para concursos públicos em Portugal são cento e setenta milhões; para onde é que vão os outros oitenta milhões? Vejam os protocolos com o MIT e com a CMU..., sabem para onde é que vão? – Cinquenta milhões para o MIT, trinta milhões para o CMU. Sabem para quê? – Para financiar os investigadores americanos, os consultores americanos e as suas deslocações a Portugal!

Por isso é que o grande jornalista e académico António Barreto, dizia no público ontem ou anteontem (não me lembro bem), que aquilo era uma “idiotice”; é uma bacoquice, o espectáculo que se fazia à volta destes protocolos. Mas o que é facto é que desses duzentos e cinquenta milhões, os oitenta milhões que eram necessários em Portugal, são afinal para fazer flores, encaminhando os recursos. Diz o António Barreto: “a Universidade tem de estar muito acima da comunidade” e não está!

Mas acima de tudo, estás questões que nos devem preocupar a todos, ainda trazem outra preocupação: - é que os cento e setenta milhões que vão ser distribuídos em Portugal, são administrados pela Fundação para a Ciência e para a Tecnologia (não é assim senhores académicos aqui presentes?); é assim! Pois sabem quem manda? Uma equipa do Técnico de Lisboa, uma equipa do Prof. Mariano Gago! Obviamente que nós estamos aqui curiosos, eu que não sou do meio, estou curioso em saber quanto é que vai tocar à investigação na Universidade de Aveiro. Obviamente que estaremos sempre ao lado da nossa universidade, temos muito orgulho nela. E sabemos nós, é incontornável para a afirmação de Portugal no contexto das nações.

Falando nos trinta anos do Poder Local, Senhora Presidente, - eu não pude estar nessa cerimónia, porque estava no Congresso do Poder Local em Lisboa e seguidamente tinha um colóquio do CEDREL também em Lisboa sobre esta matéria e outras. Eu gostaria de ter estado até porque aconteceu uma coisa menos agradável para mim; e com tristeza o digo. A Junta de Freguesia de Oliveirinha, fez-se representar pelo seu Secretário como faz nesta Assembleia, que talvez na altura talvez tenha dito que desejava e devia ter sido chamado; a Junta de Freguesia de Oliveirinha estava lá. E o presidente da Junta de Oliveirinha não estava, mas estava representado, e o representante da Junta de Oliveirinha estava mandatado pelo primeiro Presidente da Junta que está bastante doente e disse: - “recebam em meu nome, o que houver para receber”. Quero dizer que fiquei triste (vale o que vale), por este pequeno lapso porventura já disse isso ao meu secretário, que é um jovem que eu gosto muito - o Firmino, que todos nós gostamos, disse ao Firmino que ele devia ter dito “eu estou aqui”; quem recebe ou não recebe, não é um problema do protocolo é um problema de quem vai... Se não aparecesse a pessoa eu diria: “eu estou aqui a representar a Junta e estou aqui para receber em nome do homenageado que o tinha mandatado para esse efeito, o Sr. José Graça, que infelizmente quando me quer falar, a esposa guia o carro, ele fica no carro e eu venho cá fora falar com ele. Com podem ver esta situação estava bem justificada.

A questão dos trinta anos do poder local, que teve várias comemorações, o governo resolveu brindar-nos com uma Lei das Finanças Locais. É o prémio por trinta anos de desenvolvimento, de fabuloso desenvolvimento, feito pelo Poder Local em Portugal. Os senhores terão que reconhecer que Poder Local fez muito; e o Dr. Jorge Coelho (que é um insuspeito Socialista, todos nós sabemos), fez questão que o Poder Local em trinta anos... (o tempo escasseia), mas eu queria ainda falar da Lei das Finanças Locais. A Lei das Finanças Locais é um atentado em

Portugal! Foi o prémio que o governo nos deu. É a lei da oportunidade perdida, porque fala-se em reorganização administrativa, fala-se em descentralização de competências, faça-se em estratificação e diferenciação de freguesias, e obviamente para se falar deste conjunto de coisas, então deveria em conjunto de se falar numa nova Lei das Finanças Locais. Era este pacote legislativo! Era este pacote legislativo estou cansado de dizer isto ao Sr. Ministro António Costa, que até percebe isso. Com certeza que são outros objectivos que têm a ver com a área financeira que estão por trás disso.

Mas as freguesias, obviamente, também perderam e muito nesta matéria. E não foram dignificadas as freguesias, a instituição base da administração pública em Portugal, e não foram dignificados os seus eleitos.

E a partir de dois mil e nove, Senhora Presidente, os municípios que estão em depressão demográfica vão ser arrasados do mapa; o termo é este: “vão ser arrasados”; os recursos vão em queda; e vão ficar insustentáveis esses municípios. E a coesão social e territorial do nosso país (Sr. Orlando Terra Seca), está em causa, gravissimamente em causa sabe porquê?

(ouvem-se vozes de fundo) O Sr. Dr. Raúl Martins acaba de se aliar a um senhor chamado Benjamim Leitão de Carvalho. Vossas Excelências não sabem quem é; mas a bancada socialista tem obrigação de saber quem é o Sr. Benjamim Leitão Carvalho. É um senhor militante do Partido Socialista, porventura honrado como todos nós, que se atreveu no Congresso do Partido Socialista de 12 de Novembro, a propor a extinção das freguesias até três quilómetros da cidade, portanto, a Glória, a Vera Cruz — e foi aprovado. A moção foi aprovada no congresso do Partido Socialista, tornando indigna a função das freguesias. E já hoje aqui fomos ofendidos várias vezes, porque nós somos tão dignos, temos gente - o que diria o Manuel Madaíl que é um grande empresário, se ouvisse aqui e foi Presidente de uma junta durante vinte e cinco anos ou os muitos empresários, professores universitários que eu conheço, advogados, engenheiros, comerciantes, gente com grande capacidade que é presidente de junta, teria capacidade para governar qualquer câmara. Esta intenção de achincalhar o Presidente da Câmara pela via do Presidente de Junta, não achincalha de maneira nenhuma. Porque só achincalha quem não percebe que o Sr. Presidente de Câmara, foi um nobre e valorizado Presidente Junta, e com certeza que essa experiência lhe trouxe uma mais-valia incontornável para estar a gerir como está a gerir; com a sapiência, com a serenidade, com o espírito de sacrifício, face à situação da Câmara de Aveiro.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [033](#)

“Gostaria que o orador anterior me esclarecesse, ou se sabe, se o protocolo do MIT se já está ser ou não aplicado na Universidade de Aveiro? E se essas coisas que disse sobre a Universidade de Aveiro, foi porque presenciou ou se foi porque o actual presidente da Câmara lhe contou; das vezes que lá esteve presente das reuniões?”

Vogal João Pedroso (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [034](#)

“Queria fazer também um pedido de esclarecimento ao deputado antecedente, se reitera ou se nega, que o sistema de investigação científica em Portugal não é atribuído pelo FCT, mas por equipas internacionais — por isso, por júris que não são portugueses. E por isso, se negar este facto ficará em acta para depois se poder esclarecer.

Gostava que esclarecesse a câmara que essa tal moção que acabou de referir que foi aprovada, porque se for ler o último número do “Acção Socialista”, que está disponível on-line verá que essa moção foi rejeitada.

Por isso, reitere essas afirmações ou retrate-se face a elas.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁵

“Obviamente que as manobras no meio académico são aquelas que eu referi, portanto está dada a resposta.

Quanto à moção, é bem mais grave porque eu tenho aqui uma cópia e foi aprovada. E então terei que chegar a outras conclusões bem mais graves.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁶

“Esta intervenção deve-se de facto à defesa da minha honra e neste sentido vou tentar ser tão rápido quanto a minha honra assim o justifica.

Antes de mais uma palavra de agradecimento pela nobreza e pela fineza com que V/ Ex.a me concedeu esta palavra - embora no final, para me poder defender.

Antes de mais, ainda uma outra questão, para desejar um próspero ano novo a todos, esperando que este colégio no próximo ano continue a ser tão laborioso e tão profícuo, como foi este ano transacto. Porque para mim esta experiência tem sido nobre e extremamente gratificante, enquanto pessoa, poder ter este privilégio de partilhar estas noites áduas e bastante ricas em partilha de informações e experiências.

Mas indo á questão que me traz aqui - ao Sr. Deputado Jorge Afonso vou-lhe dizer muito francamente que não lhe reconheço nenhuma autoridade política, nem moral, nem civil, nem coisa do género, para que venha aqui neste colégio, afirmar e pôr na minha boca palavras, que eu não afirmei em nenhum meio de comunicação social.

Ao seu bom estilo “bolchevic” que já é seu apanágio, hoje tem a desfaçatez - não sei com que base, nem com que fundamento, vir dizer que eu defendi que a Câmara iria assumir o passivo do Aveiro-Basket em consequência da sua deliberação na sua última Assembleia Geral. Eu não disse isso e as palavras que utilizou são falsas.

É habito e já vem sendo repetidas vezes que o seu partido, e por vários correligionários, e V/ Ex.a também o confirma, vai ditando factos, vai fazendo afirmações com uma veleidade tal que parece que é verdade que é certa e que é absoluta. Mas não é assim. Porque isto não é o bolchevismo à portuguesa: - portanto, eu não lhe admito que venha aqui perante outros deputados, perante munícipes, perante o executivo, afirmar que eu disse isso.

Nesse sentido, também me dignou a honra de o ver na dita sessão de rádio em que eu participei obviamente, em que abordámos essa questão. Quem teria lá estado seria um seu aprendiz - o Sr. Nelson, lá estava e que por acaso também abordou a questão.

As palavras que eu utilizei, foram no sentido de que a Câmara deveria assumir as suas responsabilidades - e é isso que vai acontecer. Agora, não diga que eu defendi a assumpção do passivo por esta Câmara relativamente ao Aveiro-Basket.

Eu não sei se ouviu o programa, ou se foi o seu aprendiz que lhe veio dizer isso; até admito que tenha ouvido, mas ouviu mal, porque essas não foram as minhas palavras. Mas também lhe digo uma coisa: - também lhe digo que relativamente às responsabilidades sociais que tem de advir agora da deliberação da dissolução do Aveiro-Basket, nós todos teremos que ter consciência que a Câmara terá de assumir essas mesmas responsabilidades. Não sei qual vai ser a via ou a solução a adoptar, agora também lhe digo que as colectividades, as associações que foram empurradas para o projecto também não podem ser prejudicadas. Não nos podemos esquecer de qual foi a verdadeira génese daquele projecto.

Portanto, aqui, perante a sua afirmação e a sua intervenção, também lhe pergunto e peço-lhe um esclarecimento: - será que V/ Ex.a. Também quer ver as colectividades que estiveram envolvidas naquele projecto a assumirem os erros e as consequências daquele projecto, quando

nós sabemos que aquelas colectividades foram aliciadas, quase empurradas para aquele projecto.”

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁷

“Olhe, Senhor deputado Miguel Fernandes: - a minha postura é diferente da sua. Não sou universitário; comecei a trabalhar aos doze anos; tenho um curso secundário; mas aquilo que sei é à minha custa, enquanto eu andava a trabalhar para financiar as universidades onde o senhor andou a estudar..., e eu estou a falar disto, porque o senhor pôs em causa a minha postura e a minha honestidade e eu não lhe admito isso.

E vou-lhe explicar muito claramente em como o senhor defendeu a posição da Câmara. E o aprendiz que me veio dizer — que ele não é aprendiz, aprendiz é o senhor, aprendiz de política, porque eu já ando metido na política antes do 25 de Abril.

V/ Exa., quando foi acusado pelo meu camarada Nelson Peralta, quando o meu camarada disse no debate que a Câmara ia assumir a totalidade da dívida, o senhor limitou-se a dizer que: “foi a solução encontrada; é a melhor solução.” Por isso, é que foi dito, por isso é que eu disse que o senhor estava de acordo com a posição, inicialmente pelo menos, com a intenção da Câmara e do Senhor Vereador.”

Presidente da Mesa ⁰³⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰³⁹

“Senhora Presidente permita-me três notas prévias. A primeira é um agradecimento sentido a todos vós. Como sabem vivi recentemente um momento difícil e os meus familiares e quero aqui dizê-lo publicamente, do modo afectuoso e sentido como toda a Autarquia nos acompanhou nesse momento. Desde todos os membros do executivo, todos os membros, todos os membros da Assembleia Municipal, aos Senhores Presidentes das Juntas, aos funcionários, de todos recebemos atenções e carinho que muito nos confortaram. Em nome do meu pai e de toda a família muito obrigado por esse vosso gesto. A terra ficou mais pobre mas passou a existir mais uma estrela no céu. Muito obrigado.

A segunda nota tem a ver para em nome do executivo, a todos os funcionários, à senhora Presidente, a todos os senhores deputados, a todos os senhores Presidentes de Junta e através deles às Assembleias de Freguesia e aos seus executivos, os votos de uma quadra festiva e um 2007, excelente. Voto que se expande, naturalmente, a todos os cidadãos naturais ou residentes no nosso concelho, bem como a todas as entidades religiosas, associativas e comerciais que laboram em Aveiro. A todos uma boa quadra festiva e um bom ano de 2007.

A terceira nota é uma data histórica. Faz hoje 197 anos, que na Rua do Mercadores nasceu José Estêvão Coelho de Magalhães. Fica aqui, num gesto de justiça, esta referência histórica a alguém que mesmo duzentos anos depois continua a estar vivo para todos nós.

Quanto ao Período de Antes da Ordem do Dia, como sabem o regimento e a lei definem que nesse período são colocadas questões que de alguma forma não se incluíam nos pontos seguintes, que sejam objecto de análise no âmbito da Comunicação Escrita à Assembleia.

Portanto, no respeito pelo legislado, em respeito também pela prática que já temos seguido em assembleias anteriores; no respeito essencialmente por aqueles senhores deputados que sabendo isto reservam a colocação de assuntos para a altura oportuna, e iremos procurar responder aquelas questões que se enquadram nesse plano de antes da ordem do dia, e as outras são respondidas na altura oportuna.

Quanto a essas questões, a primeira. Pedro Pires da Rosa, colocou em relação ao Aveirense. A informação que me chegou foi que a Câmara num procedimento normal endereçou convites

aos senhores deputados municipais, juntas e assembleias de freguesia, à vereação, aos ex-vereadores e a personalidades várias, constantes do protocolo do município a partir de quinta-feira. Esses ocupam uma grande fatia, a partir de quinta-feira, todas estas pessoas ou personalidades que não confirmem a sua presença esses bilhetes passam a estar disponíveis para o público.

Agradecer as palavras de apoio e solidariedade, que o Senhor Rocha de Almeida teve aqui conosco.

Em relação ao Dr. Carlos Candal (ele não está), mas em relação à omissão que terá havido na cerimónia dos 30 anos do Poder Local, a um nome de um ex-presidente de câmara, como compreendem o que estava lá em causa era uma cerimónia comemorativa de umas eleições que ocorreram há trinta anos. E naturalmente que as pessoas que foram referenciadas e distinguidas foram as pessoas eleitas há trinta anos; - houve outros presidentes de câmara que não foram referenciados, o Prof. Celso por exemplo não foi referenciado; porque não fazia sentido naquele contexto, naquela cerimónia.

Agora, não tivemos nenhum prurido, quando for noutra altura, já neste executivo se fez uma distinção a autarcas municipais, não teve nenhum prurido em colocar a fotografia de todos os autarcas municipais na sede do Paços do Conselho. Naturalmente que nunca esqueceremos e teremos sempre todos muito orgulho na história de Aveiro e de todos aqueles que escreveram ao longo dos anos essa história.

Agradecer também ao Dr. Jorge Nascimento as palavras e a reflexão que nos trouxe.

Ao Sr. Armando Vieira, comungo com cada uma das palavras que proferiu em defesa intransigente da Universidade de Aveiro. Quanto à falha que terá havido, tenho ideia de que o Sr. Firmino foi chamado... “não foi chamado?”; então foi uma falha, foi um processo que foi preparado com muita antecedência, com muito tempo, de qualquer das formas não foi fácil recuar nas doze freguesias, porque reparem, também nessa cerimónia dos trinta anos, houve duas freguesias que não foram referidas: Nossa Senhora de Fátima e S.ta Joana, que na altura não existiam. Não há aqui nenhuma tentativa de omitir ninguém, nem de rasurar ninguém da realidade. Quanto à Lei das Finanças Locais estamos também de acordo com a posição e com as preocupações que evidenciou.

Quanto aos restantes assuntos, parece-nos que se incluem todos pelo menos, na Comunicação da ordem de trabalhos que se irá seguir.”

Dado o adiantado da hora, a Presidente da Mesa^{duo} deu por encerrada esta primeira reunião da Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 27 de Dezembro (4.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 01:00 horas do dia 27 de Dezembro de 2006.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)